

ARRANJOS SOCIOPRODUTIVOS PARA O TURISMO DE INTERESSES ESPECIAIS NO TERRITÓRIO PATAGÔNIA VERDE (CHILE): UMA ALTERNATIVA PARA UM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

PRODUCTIVE ARRANGEMENTS FOR SPECIAL INTEREST TOURISM IN PATAGONIA VERDE (CHILE):
AN ALTERNATIVE FOR SUSTAINABLE TERRITORIAL DEVELOPMENT

ARRGLOS SOCIOPRODUCTIVOS PARA EL TURISMO DE INTERESES ESPECIALES EN EL
TERRITORIO PATAGONIA VERDE (CHILE): UNA ALTERNATIVA PARA UN DESARROLLO
TERRITORIAL SOSTENIBLE

Christian Henríquez Zuñiga

Professor associado do Instituto de Ciências Sociais e professor e pesquisador do Centro de Estudos Ambientais (CEAM), ambos da Universidade Austral de Chile (UACH).
Professor e pesquisador convidado da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Paraná (ITCP-UFPR).
Doutorando em Ciências Humanas pela UACH, com bolsa Conicyt.
Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Graduado em Administração de Empresas Turísticas (UACH).
E-mail: christianhen@gmail.com

Guillermo Pacheco Habert

Mestrando em Ciências Sociais da Universidade de Los Lagos (ULagos).
Licenciado em Administração de Empresas de Turismo Universidade Austral do Chile (UACH).
Membro do *staff* de pesquisadores do Departamento de Governo e Empresa da ULagos. Consultor em Turismo.
E-mail: gmo-pacheco@hotmail.com

Carlos Alberto Cioce Sampaio

Professor do Departamento de Turismo e dos Programas de Pós-Graduação (PPG) em Meio Ambiente e Desenvolvimento e de Sistemas Costeiros e Oceânicos (UFPR). Professor do PPG em Desenvolvimento Regional da FURB.
Pesquisador do CNPq.
Consultor *ad hoc* da Coordenação de Área em Ciências Ambientais da Capes.
Pós-Doutor em Ecosocioeconomia (UACH) e Cooperativismo Corporativo (Universidade de Mondragón).
Doutor em Gestão para Desenvolvimento Sustentável (UFSC) com estágio *sandwich* em Ecosocioeconomia (Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, França). Mestre em Planejamento para Desenvolvimento Sustentável (UFSC). Graduado em Administração (PUCSP).
E-mail: carlos.cioce@gmail.com

Data de Submissão: 18/04/2011

Data de Aprovação: 13/08/2012

RESUMO

Os espaços turísticos globais e locais vêm sendo influenciados pelas patologias de um modelo de desenvolvimento hegemônico, representado pela sociedade de consumo, na qual as relações sociais são coisificadas. A partir desta crítica, e frente ao desafio de avançar em novas perspectivas teóricas centradas na materialidade dos fatos humanos e não humanos, se coloca o desafio de articular proposta teórico-metodológica que dê conta de tamanho desafio. Para tanto, se apresenta primeiramente uma

discussão, ainda incipiente, em torno das potencialidades da perspectiva dos arranjos socioprodutivos de base comunitária no setor do turismo de interesses especiais para, posteriormente, ilustrá-la na prática a partir de resultados extraídos de uma metodologia participativa na identificação e na futura construção de encadeamentos produtivos para o turismo de interesses especiais em cinco municípios que compõem o território Patagônia Verde, na região Os Lagos, no Chile, que sofreu, em 2008, uma erupção do vulcão Chaitén. Conclui-se que antes de criar arranjos socioprodutivos há que gerar as condições para que os empreendedores compartilhem valores cooperativos ou, que no pior dos casos, possuam uma lógica instrumental pragmática na qual se ambicionam ganhos individuais, entretanto, que reconheçam pontos que sejam negociáveis na ocasião que almejam ganhos coletivos.

PALAVRAS CHAVES: Arranjos Socioprodutivos. Turismo de Interesses Especiais. Desenvolvimento Territorial. Patagônia Verde.

ABSTRACT

In recent decades, the global economic scenario, and the tourism sector in particular, have undergone drastic changes, with global and local tourist areas being clearly influenced by the conditions of a hegemonic development model. Based on this context, and faced with the challenge of advancing new theoretical perspectives based on the materiality of human and non-human facts, the challenge is to combine the theory with the methodology. This work presents a theoretical discussion about the potential of local production arrangements that interact with special interest tourism. It then goes on to illustrate this in practice, based on the results of a participatory approach to identifying and building future production arrangements for special interest tourism in five municipalities that comprise the region of Patagonia Verde (Chile), following the eruption of the Chaitén Volcano in 2008. It concludes that before creating a productive arrangement, it is necessary to first create the conditions for entrepreneurs to share cooperative values, or at the very least, to have a pragmatic instrumental logic whereby companies seek individual gains, but recognize mutual points for negotiation, when collective gains are desired.

KEYWORDS: Productive arrangements. Special Interest Tourism. Territorial Development. Patagônia Verde.

RESUMEN

Los espacios turísticos globales y locales vienen siendo influenciados por las patologías de un modelo de desarrollo hegemónico representado por la sociedad de consumo, en la cual las relaciones sociales son cosificadas. A partir de esta crítica, y frente al reto de avanzar en nuevas perspectivas teóricas centradas en la materialidad de los hechos humanos y no humanos, se plantea el desafío de articular una propuesta teórico-metodológica que esté a la altura de tamaño reto. Para ello se presenta primeramente una discusión, aún incipiente, alrededor de las potencialidades de la perspectiva de los arreglos socioprodutivos de base comunitaria en el sector del turismo de intereses especiales para, posteriormente, ilustrarla en la práctica a partir de resultados extraídos de una metodología participativa en la identificación y en la futura construcción de encadenamientos productivos para el turismo de intereses especiales en cinco municipios que componen el territorio Patagonia Verde, en la región de Los Lagos, en Chile, que en 2008 sufrió una erupción del volcán Chaitén. Se concluye que, antes de crear arreglos socioprodutivos, hay que generar condiciones para que los emprendedores compartan valores cooperativos o que, en el peor de los casos, posean una lógica instrumental pragmática en la cual se ambicionan ganancias individuales, pero que reconozcan puntos que sean negociables, puesto que anhelan ganancias colectivas.

PALABRAS CLAVE: Arreglos Socioprodutivos. Turismo de Intereses Especiales. Desarrollo Territorial. Patagonia Verde.

INTRODUÇÃO

Entender o fenômeno turismo desde uma perspectiva crítica e inovadora requer visão que ultrapasse a razão instrumental, economicista e cartesiana impregnada no setor. As discussões e as críticas quanto ao fenômeno turismo devem ser complexificadas, a partir de visão interdisciplinar, de maneira que se remeta ao enfoque do desenvolvimento territorial sustentável, o que faz repensar velhos e prospectar novos modelos e metodologias de intervenção participativas, tais como vêm sendo implantadas a partir de políticas públicas, projetos de investigação e de fomento produtivo (HENRIQUEZ; DIAS; MANSUR, 2010).

A atividade turística apresenta, muitas vezes, patologias inerentes ao atual modelo de desenvolvimento hegemônico. Desconsidera-se o ônus aos recursos naturais e às culturas das comunidades autóctones. Sampaio (2005) ressalta que prevalece a lógica da privatização de lucros de curto prazo e da socialização de prejuízos socioambientais de meio e longo prazo.

Se não bastassem as exigências de um mercado competitivo, pequenas organizações, como as do setor turístico, devem atender aos requisitos ecossocioeconômicos, que promova desenvolvimento territorial socialmente incluyente e ambientalmente sustentável. Nesta concepção, os arranjos socioprodutivos de base comunitária, derivada do termo inglês *cluster*, e que no Brasil foi traduzida por arranjos produtivos locais, congrega pequenas empresas, criando uma rede de apoio e, assim, possibilitando sobrevivência na economia de mercado. Os arranjos socioprodutivos são formados por encadeamentos verticais, entre fornecedor, produtor e distribuidor; e horizontais, entre prestadores de serviços terceirizados e sem relação espúria, isto é, sem ser economicamente predatório, socialmente injusto e ecologicamente imprudente (SAMPAIO; MUNDIM; DIAS, 2004).

Os espaços turísticos globais e locais veem sendo influenciados pelas patologias de um modelo de desenvolvimento hegemônico, representado pela sociedade de consumo, na qual as relações sociais são coisificadas. Nesta perspectiva, a crítica que se faz ao chamado turismo de massa, conhecido internacionalmente como turismo de sol e praia, fez surgir novas modalidades que deem conta de tais desafios postos pelo desenvolvimento territorial sustentável, como o turismo de interesses especiais (TIE), expressão utilizada na região patagônica chilena e que no Brasil e em outros países latino-americanos vem se valendo da expressão turismo de base comunitária. Tais modalidades relevam e complexificam a relação entre sistemas culturais e ecológicos e que vêm se organizando em arranjos socioprodutivos de base comunitária. Como ressalta Coriolano (2007), turismo e meio ambiente são duas realidades inseparáveis. O turismo usa e se apropria da natureza, o qual acaba gerando impactos socioambientais negativos, chamados de externalidades pela economia ecológica, o que se distancia do conceito de sustentabilidade.

O objetivo é apresentar primeiramente discussão ainda incipiente em torno das potencialidades da perspectiva dos arranjos socioprodutivos de base comunitária no setor do turismo de interesses especiais para, posteriormente, ilustrá-la na prática a partir de resultados extraídos de uma metodologia participativa na identificação e futura construção de encadeamentos produtivos para o turismo de interesses especiais em cinco municípios que compõem o território Patagônia Verde, na região Os Lagos, no Chile, que sofreu com a erupção do vulcão Chaitén.

2. ARRANJOS SOCIOPRODUTIVOS, TURISMO DE INTERESSES ESPECIAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Os socioempreendimentos individuais e coletivos (sobretudo voltados para a reprodução, como as unidades familiares, os grupos produtivos e as associações comunitárias), microempresas e empresas (voltadas para a produção) procuram superar as adversidades num modelo competitivo. Tendo como desafio superar tais dificuldades, as organizações criam redes ou alianças cooperativas entre elas.

A estas formas de cooperação e alianças vem se chamando de aglomerações, distritos, *clusters* e encadeamentos produtivos. Para Porter (1999, p. 211), uma aglomeração é "um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlacionadas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares". Ingliori (2001) aponta que um distrito industrial pode ser compreendido como um modelo de organização socioeconômica,

pois, além das características meramente econômicas, os fatores sociais, culturais e históricos são fundamentais na sua criação, destacando o significado de identidade territorial.

A partir da pesquisa bibliográfica sobre aglomerados, Zechner (2010) aponta que a competitividade se vê impulsionada pelo menos por três fatores: aumento na produtividade das empresas ou nos setores componentes; fortalecimento da capacidade de inovação e, conseqüentemente, na produtividade; e estímulo à criação e ao desenvolvimento de novas empresas que, por sua vez, reforçam a inovação e ampliam o aglomerado.

Como desdobramento do conceito de aglomeração, *cluster* é um arranjo de empresas que desempenham a mesma atividade ou atividades estreitamente relacionadas, dentro de uma área especialmente delimitada, que conta com um perfil determinado, em que a especialização e o comércio entre elas possuem significativa importância (GONZÁLEZ, 2010). O *cluster* é constituído por um conjunto de fornecedores, produtores e distribuidores encadeados sucessivamente até alcançar o consumidor final. Compreende, também, as alianças estratégicas que se estabelecem horizontalmente entre empresas que competem, por exemplo, no mercado interno, mas que se aliam para conquistar ou manter mercados (LEVY, 2003).

Dada a complexidade existente entre os diferentes modelos de interação nos complexos produtivos e a ênfase que lhe outorga na literatura às variáveis subjetivas (não mensuráveis), tais como a confiança empresarial, torna-se difícil formular uma definição precisa de *cluster* para diferenciar com exatidão de um aglomerado, quando este possui um encadeamento sistêmico e amplo (GONZÁLEZ, 2010).

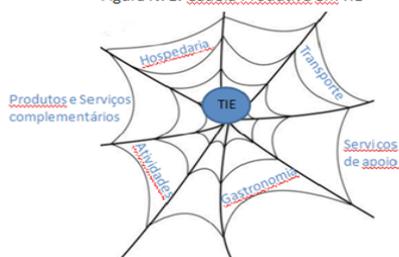
Quando se trata de *cluster*, geralmente se faz referência a agrupamentos de empresas (geralmente grandes e médias empresas) numa região com desempenho extraordinário num determinado setor de atividade econômica (PORTER, 1998; ALBAGLI & BRITO, 2002). Lastres e Cassiolato (2003) sugerem que um arranjo produtivo local seria um estado anterior ao que se denomina sistema produtivo inovador local, que é composto por acordos produtivos em que a interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interações, cooperações e aprendizagens com potencial de gerar capacidade inovativa endógena, competitividade e promover um desenvolvimento territorial.

Diferentemente de *cluster* ou de arranjo produtivo local, o arranjo socioprodutivo de base comunitária compreende unidades familiares, grupos produtivos, associações e microempresas que atuam numa economia predominantemente territorial, na qual estão estabelecidas e que possuem dificuldades de se inserirem na economia de mercado, e quando fazem se utilizam de arranjos institucionais fomentados por universidades, prefeituras municipais e agências estatais, organizações não governamentais (sobretudo quando se estabelecem plataformas de comércio justo), como é o caso do território Patagônia Verde (HENRÍQUEZ; PACHECO; SAMPAIO, 2010).

Quando se refere ao arranjo socioprodutivo no território de Patagônia Verde, destacam-se dois pontos: primeiro, acordos institucionais estão estritamente relacionados aos encadeamentos produtivos constituídos por microempresas (é importante lembrar que as microempresas chilenas muito se assemelham com unidades familiares brasileiras, no entanto, de modo geral, são constituídas juridicamente pelas facilidades dos trâmites burocráticos para a formalização dessas), inclusive, fomentado-as; segundo, ambas, institucionalidades governamentais e a coletiva de microempresas, vislumbram a promoção do turismo de interesses especiais dentro de um enfoque de desenvolvimento territorial sustentável (SAMPALIO, 2005).

Turismo de interesses especiais (TIE), como dito, expressão utilizada na região patagônica chilena e que no Brasil e em demais países latino-americanos vem chamando como turismo comunitário, se apresenta como uma modalidade que complexifica seletivamente o perfil da demanda e da oferta, diferente do turismo de sol-e-praia, no qual turistas e anfitriões se aglomeram no período de veraneio, como, por exemplo, *Viña del Mar*. No TIE, a experiência a partir de atrativos naturais e culturais passa a ter um significado que os identificam com estilos de vida não urbanos (sobretudo para os turistas urbanos estressados), quase ritualístico no sentido de contra movimento à sociedade de consumo, o que Harvey (2010) vem chamando de pós-modernidade¹. O TIE se apresenta como uma potencialidade para o território Patagônia Verde, dada a qualidade dos seus atrativos paisagísticos e da convivencialidade oferecida ao visitante, sobrepassando os limites do discurso econômico da mera agregação de valor do serviço turístico, na ocasião que se realiza observação da flora e da fauna, esportes de aventura, agroturismo, etnoturismo (povos originários), turismo cultural, turismo gastronômico e ufológico, etc.

Figura N. 1: Cadeia Produtiva em TIE



Fonte: Elaboração Própria.

Para o desenvolvimento do turismo de interesses especiais (TIE), é necessário fomentar os arranjos socioprodutivos que engrenam serviços e produtos, como ilustra a Figura 1. Como dito, o TIE se nutre da experiência de convivencialidade entre hóspede e anfitrião que se dá nos serviços de alojamento, transporte, gastronômicos e atividades recreativas. No conjunto de serviços compõe um produto final que o turista leva como uma experiência tangível, além dos serviços de apoio para melhor qualificar a experiência, tais como: central de chamadas telefônicas e de Internet, bancos eletrônicos, loja de souvenirs e artesanatos, supermercados, etc., se oferecem serviços de *business* turísticos, como, por exemplo: operadoras ou agências de viagem, escritórios de informação turística, etc. (HENRÍQUEZ; PACHECO; SAMPAIO, 2010).

Dentro do arranjo socioprodutivo do turismo de interesses especiais, também cumprem um papel fundamental os serviços de infraestrutura que garantem o bem-estar dos residentes e dos visitantes, em saúde como hospitais e farmácias, em segurança como delegacias e postos da polícia militar, e em serviços básicos como fornecimento de luz, água e telefone.

3. NOTAS SOBRE O TERRITÓRIO DA PROVÍNCIA DE PALENA E DA PATAGÔNIA VERDE

O território Patagônia Verde, conforme ilustra o Mapa a seguir, compreende os municípios de Chaitén, Futaleufú, Palena, Hualaihué y Cochamó. Os quatro primeiros integram a Província de Palena, no entanto o município de Cochamó se encontra na Província de Llanquihue.

A Província de Palena possui uma superfície de 15.301 Km², com um total de 18.971 habitantes. Os municípios de Chaitén e Hualaihué formam $\frac{3}{4}$ partes do território, localizados na zona costeira, com precipitações médias de 3.500 mm anuais (GORE Los Lagos).

Os municípios de Futaleufú e Palena se encontram na Cordilheira dos Andes, com maior variação térmica em relação à zona costeira e uma menor pluviosidade (2.000 mm) (GORE Los Lagos). No inverno, as temperaturas baixam consideravelmente, devido à proximidade com a Cordilheira dos Andes, com temperaturas próximas dos 10 graus abaixo de zero (GORE Los Lagos).

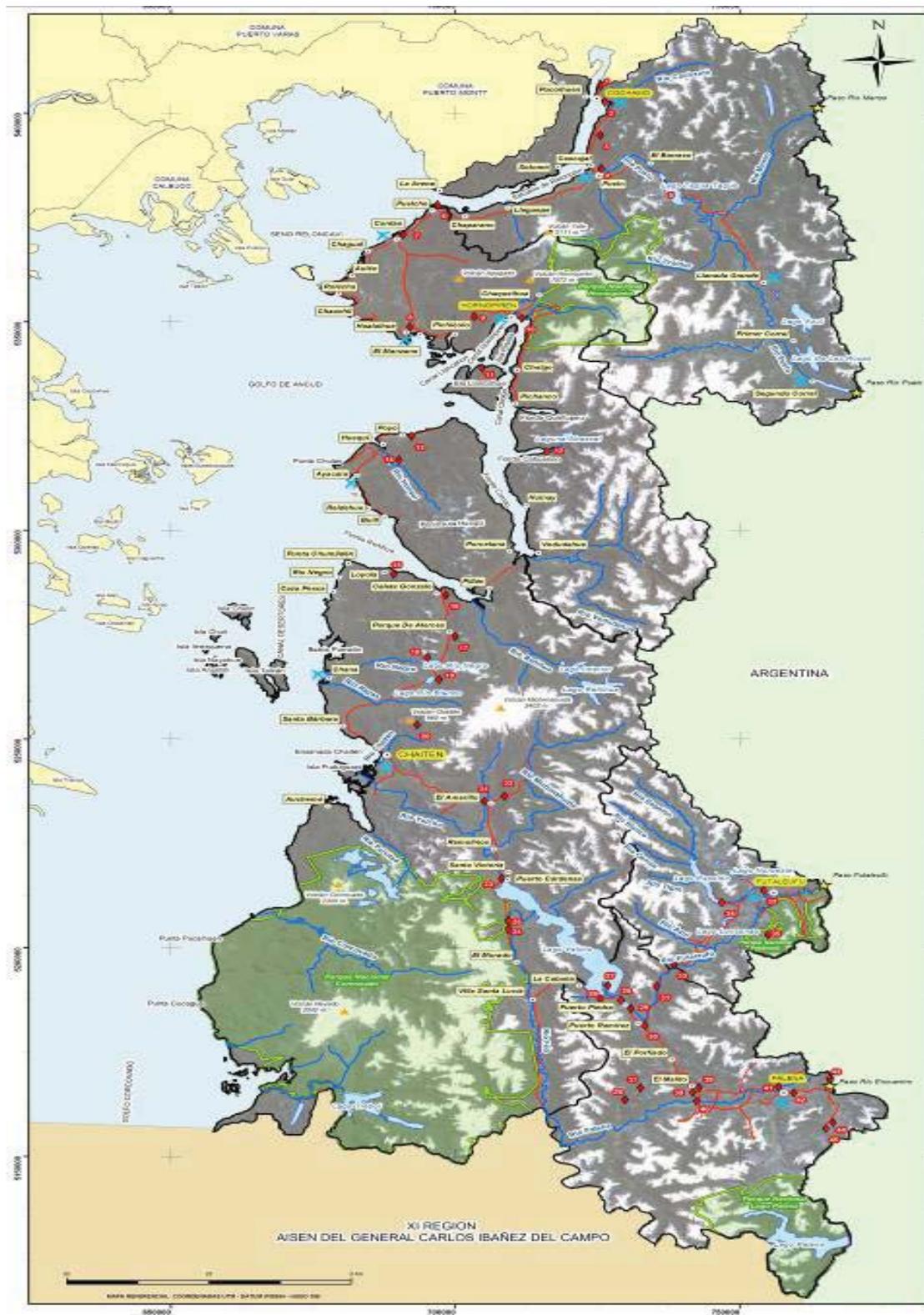
A capital da Província de Palena, desde sua criação, em 1976, tinha como sede o município de Chaitén, no entanto, posterior à erupção do vulcão do mesmo nome, que provocou a evacuação da população, em março de 2009, o Governo de Chile determinou a transferência da capital para o município de Futaleufú (Diário A Nação, 9 de Janeiro de 2009).

O território Patagônia Verde tem uma população de 23.334 habitantes, com uma superfície de 19.211 km². Suas principais atividades produtivas correspondem à extração de pescados e mariscos, como também seu cultivo; a agricultura, especialmente o cultivo de hortaliças e árvores frutíferas; como também a pecuária, especialmente o gado bovino. Ao mesmo tempo, o turismo é um setor econômico de grande importância neste território, devido aos significativos atrativos naturais, como, por exemplo, os lagos Yelcho e Tagua-Tagua, o rio Futaleufú, os vulcões Michimahuida, Corcovado, como também áreas naturais protegidas como a Reserva Nacional Futaleufú, os Parques Nacionais Corcovado e Hornopirén, o Parque Pumalín, entre outros.

Além de o território possuir atrativos naturais potenciais, pode melhor aproveitar os que são reconhecidos, planejando novos circuitos, bem como articulá-los em arranjos socioprodutivos municipais e intermunicipais que compreendam as atividades, como *rafting*, *floating*, pesca recreativa

e desportiva, *trekking*, cavalgadas e outras, que atualmente são desenvolvidas diante do cenário natural virtuoso.

Mapa do Território Patagônia Verde (Sul de Chile)



Fonte: Patagônia Verde

A Patagônia Verde é composta por grandes proporções de bosques nativos e recursos hídricos que compõem o território. Para efeito deste trabalho, pedagogicamente, dividiu-se o território Patagônia Verde entre Norte e Sul. A Patagônia Verde Norte compõe os municípios de Cochamó e Hualaihué; enquanto a Patagônia Verde Sul, os municípios de Chaitén, Futaleufú e Palena. A conectividade terrestre do território sempre resultou complexa. Ainda mais, na atualidade, com a erupção do Vulcão Chaitén, bloqueou a única passagem terrestre entre Santa Bárbara e Caleta Gonzalo (Colônia de Pescadores). A conectividade terrestre desde Hornopirén (município de Hualaihué) até Chaitén resulta quase impossível, podendo ser realizada apenas por via marítima. Por via aérea se pode chegar a Chaitén e Palena, desde Porto Montt; e por via terrestre, passando pela Argentina.

4. METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza por ser exploratório e descritivo. Exploratório por indagar um tema ainda pouco estudado, sobretudo no que se refere ao fenômeno do turismo distanciado da lógica instrumental. Descritivo porque apresenta os primeiros resultados de uma metodologia participativa na identificação e na futura construção de encadeamentos produtivos para o turismo de interesses especiais em cinco municípios que compõem o território Patagônia Verde, na região Os Lagos, Chile, que sofreu com a erupção do vulcão Chaitén.

Fizeram-se necessárias duas saídas de campo, nas quais se aplicou um roteiro de entrevistas com perguntas abertas, nas quais foram gravadas e transcritas, entre janeiro e fevereiro de 2010. Os atores sociais entrevistados foram agrupados entre agentes governamentais municipais (prefeitos, agentes de fomento produtivo, agentes de turismo e de informação turística), agentes privados do *trade* turístico de interesses especiais (uma amostra que representa 56% da população, isto é: 43 de 77 agentes, como ilustra o Quadro 1) e a agência governamental de turismo federal - *Servicio Nacional de Turismo de Chile* (SERNATUR). No total, abrangeram-se cinco municípios: Futaleufú, Palena, Chaitén, Hualaihue e Cochamó (compreendendo os distritos de Cochamó, Puelo e Llanada Grande).

As entrevistas que se realizaram, individualmente, tiveram como objetivo conhecer as diferentes visões a respeito do desenvolvimento turístico do território que ocorre nos municípios e entre os municípios, a partir dos agentes privado e público; identificar os empreendimentos e as empresas de TIE; e identificar encadeamentos entre eles. Neste *paper*, apresentam-se os primeiros resultados levantados.

A pesquisa se inspira na pesquisa-ação participante (SEIXAS, 2005), que tem como princípio básico o envolvimento direto da população envolvida na pesquisa, na coleta de dados e no desenvolvimento do projeto e das ações futuras. Para isto se procurou envolver diversos atores e lideranças territoriais. Segundo a concepção de racionalidade ambiental em Leff (2004), valorizar conhecimento e demandas locais, no sentido de alteridade, é poder melhor compreender a complexidade dos problemas, bem como suas alternativas de soluções, diferentemente da miopia da visão monodisciplinar. Alteridade é característica das relações interculturais, visão interdisciplinar e intergeracional, no qual se respeita a diversidade de ideias e soluções, gerando participação e integração.

Quadro 1 - Empresas Entrevistadas

	Empresas Turísticas	Empresas identificadas como TIE	Amostra
Futaleufú	52	17	13
Palena	57	12	10
Chaitén	19	10	4
Cochamó*	186	25	11
Hualaihue	40	13	5
Total	354	77	43

Obs.: O município de Cochamó compreende as comunidades de Cochamó, Puelo e Llanada Grande

Fonte: Elaboração própria.

5. PRIMEIROS RESULTADOS

A maioria dos representantes das empresas entrevistadas relatou que elas estão associadas. Entretanto as associações surgem em detrimento para realizar promoções e, sobretudo, postularem financiamentos, o que demonstra associativismo induzido e oportunista. Esse tipo de associatividade fragiliza a formação de arranjos socioprodutivos de base comunitária que se apresenta no marco referencial.

Igualmente se pôde reconhecer que também existem empresas que trabalham em conjunto com outros empresários do território e fora dele, demonstrando maior grau de associativismo, no entanto se faz oportuno mencionar que grande maioria destes proprietários são imigrantes, possuem tanto boa escolarização como condição socioeconômica. Os empresários locais, sobretudo as empresas familiares, possuem grau de escolaridade inferior a estes forâneos.

Há falta de iniciativa para o associativismo por parte dos empresários locais, o que pode ser explicada pela expectativa que se tem pelo assistencialismo estatal, além da pouca motivação e entusiasmo com as atividades turísticas e pela busca por resultados imediatistas, como é característica da lógica instrumental econômica e pensamento individualista, próprios do paradigma hegemônico predominante.

Por parte dos agentes governamentais locais, a pouca iniciativa associativa das empresas pode ser apregoada à falta de visão estratégica histórica dos próprios municípios e de uma política nacional de fomento a formas associativas de organização na atividade turística. Percebe-se como quase nula o apoio ao fomento produtivo turístico pelos agentes municipais, além da falta de informação aos empresários locais, pouco incentivo a investimentos e carência de planejamento estratégico ([Plan de Desarrollo Comunal](#) - PLADECO / *Plan de Desarrollo Turístico* - PLADETUR), mesmo que em alguns municípios existam um plano de desenvolvimento turístico, no entanto esse não vem sendo consultado. Atualmente, os principais instrumentos de fomento que servem de apoio às empresas TIE do território surgem do *Servicio de Cooperación Técnica* (SERCOTEC), *Banco Interamericano de Desarrollo* (BID) Turismo (executada por SERCOTEC), *Instituto de Desarrollo Agropecuario* (INDAP), do Programa de *Inversión Rural* (PIR) do *Servicio Nacional de Capacitación y Empleo* (SENCE) e SERNATUR. Estes dois últimos oferecem capacitação e profissionalização do setor turístico.

Outra debilidade no território é a dificuldade de conectividade (tecnologias de comunicação e informação - telefonia e Internet - e transporte) provocada pela infraestrutura intermunicipal precária. Embora se reconheça que o território tem potencial turístico, não há preocupação em realizar um trabalho de sensibilização no contexto de um planejamento municipal e intermunicipal. Há conflitos evidentes com outras atividades produtivas, sobretudo quanto a impactos aos recursos naturais, contudo há meios de compatibilizar o uso e o manejo destes a partir de regras de conduta.

Para que se criem vínculos associativos permanentes, faz-se necessário um projeto de educação que supera a mera capacitação profissional para a atividade turística. Há que se criar um significado de identidade territorial a partir da conservação de modos de vidas tradicionais e, ao mesmo, a relação

destes modos de vida com a preservação da biodiversidade, potencializando como os principais atrativos turísticos, bem como faz o turismo comunitário que se conhece no Brasil. Como exemplo, embora se declarem que mais de 50% dos empresários tenham participado de capacitações nos últimos dois anos, tais como atendimento ao cliente, administração, cozinha, etc., não se observam os resultados práticos deste esforço de promover um turismo colado ao enfoque do desenvolvimento territorial sustentável.

Há empreendimentos de portes distintos, como empresas familiares e grandes empresas. O que mais as diferencia é o grau de investimentos em publicidade e a comercialização por meio de canais de distribuição. Nas empresas maiores, há uma tendência de contratação de pessoas de fora do território, em vez de dos autóctones, o que acaba contribuindo para migração destes para centros urbanos quando se falta trabalho. Observa-se isto, sobretudo, no município de Futaleufú, onde se mostra necessário contratar guias especializados para *rafting*. No entanto, nas empresas entrevistadas, se identifica uma percentagem significativa de empregados de origem local. Nas entrevistas, evidenciaram-se sugestões, tal como a criação de centros de negócios para o fomento de novos empreendimentos na área do turismo de interesses especiais.

É habitualmente difícil a aquisição de insumos. Ou, então, os produtos adquiridos não cumprem padrões mínimos de qualidade. É comum em comunidades mais afastadas que as próprias unidades familiares extraem seus insumos da natureza e se valem do que se conhece por autoprodução, isto é, produzem para satisfazer suas necessidades básicas. Há uma indicação para que os produtores locais cooperem para atenderem aos padrões de qualidade. Os insumos de uso cotidiano, quando industrializados, como alimentação e combustíveis, são adquiridos em grande parte dentro do próprio território Patagônia Verde. Equipamentos, como balsas, botes, elementos de construção, ferramentas, etc., são adquiridos fora do território, a partir de distribuidores nacionais e internacionais de equipamentos para turismo de aventura, ou então em supermercados e lojas especializadas na capital regional, Porto Montt.

Outros pontos críticos se relacionam quanto ao grau de informalidade das empresas, o que representa cerca de 50% entre as que foram entrevistadas; e a profissionalização tanto técnica quanto universitária é baixa.

Existem encadeamentos produtivos espontâneos, no entanto há ausência de informação e os interesses são ambíguos, havendo reciprocidade assimétrica entre os atores, o que acaba debilitando as partes interessadas e não apresentando resultados de um trabalho associado que permita fortalecer o turismo de interesses especiais.

Ganhou destaque a erupção do vulcão Chaitén no dia 2 de Maio de 2008, no município de mesmo nome, no qual ocasionou um desastre que ganhou as manchetes dos jornais nacionais e internacionais. Atualmente, o município de Chaitén se encontra em estado decretado de catástrofe, na qual não há autorização estatal para habitá-lo, o que decorreu na não realização de entrevistas nesta região. A única entrevista realizada foi com um representante da Câmara de Turismo de Chaitén. Visitou-se o município, onde se interagiu com alguns residentes que ainda seguem na região, além de outros que vivem nas comunidades nos arredores que não sofreram danos. Na região há predominância do turismo de pesca desportiva em Porto Cardenas, especificamente no lago Yelcho, com a presença de *lodge* de pesca, como também um turismo espontâneo de mochileiros e turistas, ambos interessados pela catástrofe ocorrida.

A maioria das empresas TIE entrevistadas apresentam entre 5 e 20 anos de experiência, o que as qualificam para iniciar uma etapa de criação de um arranjo socioprodutivo no território Patagônia Verde para começar a pensar em estratégias de desenvolvimento turístico. Ainda que a maioria dos empregados não possua contrato formal, sob o amparo legal, muitas das empresas entrevistadas declaram ter custos mensais médios de remuneração entre 270.000 (R\$ 900,00) e 1.250.000 (R\$ 4.200,00) pesos chilenos. Os que não declaram pagar remunerações são as empresas familiares, num sinal claro que os negócios se misturam com laços familiares. Como exemplo, Palena é o município com as menores remunerações e o que tem o maior número de empresas familiares. Na temporada baixa para turismo (entre abril e agosto), estes custos diminuem.

Destaca-se que os municípios com vocação para a pesca desportiva, como Cochamó e Chaitén, apresentam as remunerações mais altas do território. Isto pode ser explicado, pelo menos em parte, que nos municípios que há presença de *lodges* de pesca a temporada alta para pesca é mais extensa (entre Novembro e Maio).

74% das empresas de TIE entrevistadas no território Patagônia Verde possuem faturamento líquido ao redor de 5 milhões de pesos chilenos (R\$ 17.000,00) anuais, o que sugere que se trata de micro e pequenas empresas. Poucas empresas apresentam faturamento líquido maior que 13 milhões de pesos chilenos (R\$ 44.000,00), entre elas se encontram *lodges*, um hotel e uma empresa de turismo termal.

Os visitantes estrangeiros que buscam o turismo de interesses especiais no território correspondem a europeus (principalmente oriundos de pacotes fechados para algumas empresas alemães), estadunidenses (motivados por *rafting* e turismo de aventura), argentinos, israelenses, espanhóis e franceses (os dois últimos motivados pela pesca desportiva e recreativa). Os visitantes nacionais se concentram na temporada alta, entre os meses de Dezembro e Fevereiro.

Os encadeamentos produtivos atuais do território são basicamente horizontalizados, isto é: entre empresários de serviços turísticos do mesmo setor e complementares, como hotéis, restaurantes, atividades desportivas, etc. No entanto há ausência de encadeamentos verticais entre fornecedores e distribuidores. A situação se agrava quando se tratam de micro e pequenas empresas (geralmente familiares), pois não possuem encadeamentos com distribuidores (operadoras e agências de turismo), caracterizando um trabalho isolado. Enquanto que as empresas de turismo de aventura, como os *lodge* de pesca, e as empresas maiores, como os hotéis, comercializam seus pacotes por meio de distribuidores internacionais. Como dito, os encadeamentos horizontais existem, entretanto não apresentam reciprocidade simétrica entre as empresas, o que sugere a necessidade de se construir redes de cooperação, cujo objetivo seria de gerar demanda para as micros e pequenas empresas do TIE, com padrões de qualidade reconhecidos por turistas internacionais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Patagônia Verde é um território extenso, no qual os cinco municípios que o integram possuem particularidades de recursos e atrativos que permitem desenvolver diferentes tipos de atividades de turismo de interesses especiais. Por exemplo, o município de Futaleufú se caracteriza como destino de turismo de aventura, no entanto possui recursos que potencializa a emergência do turismo rural, principalmente o agroturismo e o ecoturismo, oferecendo diversidade de artesanato local.

Assim também se sucedem com outros municípios, como, por exemplo, o de Palena, caracterizado como um destino de turismo rural (agroturismo, com predominância de produtores familiares), em que potencializa atividades de pesca desportiva e turismo de aventura. A oferta de produtos é pequena, mas é diversificada.

No caso do município de Chaitén, o turismo de pesca desportiva é o principal produto, sobretudo pela presença de *lodges* na localidade de Porto Cardenas, no lago Yelcho. É território com uma paisagem exuberante, onde o ecoturismo tem representação significativa, o qual apresenta atrativos como vulcões, lagos e bosques. Destaca-se a presença do Parque Pumalin, o maior parque ambiental privado do Chile, de propriedade de um preservacionista norte-americano.

O município de Hualaihué se caracteriza como um destino de ecoturismo, turismo costeiro e termal. Há excursões tanto terrestres, passando pelo Parque Nacional Hornopirén, como as fluviais, navegando à beira das encostas dos vales do Parque, possibilitando atividades de turismo de aventura, com foco na observação da flora e da fauna, além de serviços em termas. Neste município, o turismo rural é ofertado nas localidades de Rolecha e Contao, encontrando-se atualmente ainda numa etapa incipiente, contudo há forte valorização das tradições culturais do campo e da costa.

O município de Cochamó se distingue como destino de pesca desportiva e recreativa, turismo de aventura e o incipiente turismo rural, além de outras iniciativas. No entanto, nas localidades de Llanada Grande e Cochamó, o agroturismo, apesar de ter um grande potencial, não se realiza como tal, pois as atividades do campo não são exploradas como atividade turística. O turismo de aventura tem significativa relevância, sobretudo no mercado internacional, devido à presença de paredes de granito que são ideais para a prática de escalada.

Conclui-se que o território Patagônia Verde é um destino que apresenta uma variedade de recursos naturais, além de culturais, e atrativos, o que caracteriza o turismo de interesses especiais. Há boa oferta de serviços por folhetaria, o que causa boa impressão, entretanto esses são serviços

prestados individualmente e geralmente pelas maiores empresas, o que acaba desfavorecendo micros e pequenas empresas, sobretudo as de origem familiares. Não há ofertas de roteiros que mesclam serviços turísticos entre os municípios que compõem o território Patagônia Verde, o que descaracteriza o arranjo socioproductivo de base comunitária.

A falta de associativismo se intensifica pela falta de infraestrutura de transporte que unifique o território, além da localização do Parque Pumalín, que separa o território Patagônia Verde entre Norte e Sul. Diante deste desafio, se faz necessário uma política de fomento de arranjos socioproductivos de base intermunicipal que implica a promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

Os encadeamentos atuais no território são predominantes horizontais, mesmo assim as reciprocidades são assimétricas. As redes bilaterais estabelecidas não chegam a oferecer produtos turísticos. Há uma percepção quanto à necessidade de novos encadeamentos e que estes estejam vinculados com parceiros nacionais e internacionais, o que reflete a carência de canais de distribuição para comercialização dos produtos turísticos. Há também a predisposição de se trabalhar com as empresas estabelecidas nos próprios municípios, o que sugere certa consciência sobre a necessidade de se associar no plano municipal, no entanto não se verifica a mesma intenção no plano intermunicipal.

Quanto ao desenvolvimento turístico do território, espera-se que os governos municipais liderem os esforços público-privados para melhorar o planejamento no setor, como profissionalização, concepção de novos negócios, fortalecimento da comercialização turística em todos os municípios e, sobretudo, fomento associativo e de novos empreendimentos.

O turismo, até então, visto como um fenômeno social e que permite dinamizar as economias locais, não é mais suficiente. Sob a nova problemática mundial, ou seja, com a eminência do aquecimento global, não há como deixar de pensar na atividade turística em termo de sustentabilidade ambiental. O que remete a pensar o turismo como fenômeno socioambiental, implicando que sistemas sociais – sejam comunitários, territoriais, municipais, intermunicipais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais – sejam indissociáveis dos sistemas ecológicos.

Nesta nova perspectiva paradigmática, o turismo de interesses especiais tem espaço para expandir, sobretudo quando as atividades podem ser associadas como práticas de educação ambiental, como são as que conduzem a valorização dos modos de vida tradicionais que preservam a biodiversidade, como vem fazendo as experiências brasileiras de turismo de base comunitária.

É importante que se destaque e, ao mesmo tempo, se recupere um aprendizado da experiência paradigmática do cooperativismo de Mondragón, que, antes de criar arranjos socioproductivos, há que se gerar as condições para que os empreendedores compartilhem valores cooperativos ou que, no pior dos casos, possuam uma lógica instrumental pragmática na qual se ambicionam ganhos individuais, entretanto que reconheçam pontos que sejam negociáveis na ocasião que almejam ganhos coletivos.

7. REFERENCIAS

ARAYA Carolina. *Ordenamiento territorial con fines turísticos en las cuencas de los ríos Puelo y Cochamó, Comuna de Cochamó Región de Los Lagos*. Universidad de Chile, Santiago, 2004.

BAÉZ Cristina. *Bases para la fundamentación de un plan de desarrollo turístico para la comuna de Palena, Región de los Lagos, Chile*. Universidad Austral de Chile, 2007.

BRITO, Francisco A.; CÂMARA, João B.D. *Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Vozes, 332p. 1998.

Diário A Nação, 9 de Janeiro de 2009 : http://www.lanacion.cl/prontus_noticias_v2/site/artic/20080509/pags/20080509111258.html. Acceso en Viernes 9 de Enero.

LEFF, Enrique (2004): "Racionalidad Ambiental y Diálogo de Saberes. Significancia y sentido en la construcción de un futuro sustentable", *Revista Polis de la Universidad Bolivariana*. Santiago, Chile, año/ vol. 2 Nº007

GONZÁLES, Carolina. *Metodología proyecto encadenamientos productivos*. Valdivia: Universidade Austral de Chile, 2010. Trabalho não publicado. **Gore Los Lagos (Gobierno Regional de Los Lagos)**: www.regiondeloslagos.cl/region_lagos/region.php. Acceso en: 31 de Enero 2010.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2010.

HENRÍQUEZ Christian. *A construção participativa de indicadores territoriais socioambientais para o desenvolvimento regional sustentável: análise propositiva para as comunidades do Rio Sagrado, Morretes (PR): zona de educação para o ecodesenvolvimento*. Dissertação Mestrado (em Desenvolvimento Regional). Universidade Regional de Blumenau. 2009.

HENRÍQUEZ, Christian; DIAS, Adriana, MANSUR, Cristiane. Diálogos participativos em desenvolvimento sustentável: o programa diagnóstico socioambiental participativo da Sub-bacia Hidrográfica do Rio Sagrado, Morretes (PR). 2009. IN: XI COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRITICA, Buenos Aires, 2010. *Anales ...*, Buenos Aires, 2010.

HENRÍQUEZ, Christian; PACHECO, Guillermo; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Encadenamientos socioproductivos para el turismo de intereses especiales en el territorio Patagonia Verde: *una alternativa para un desarrollo territorial sustentable*. IN: IV CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGACIÓN TURÍSTICA, Santiago, 2010. *Anales...*, Santiago, 2010.

IGLIORI, Danilo Camargo. *Economia dos clusters industriais e desenvolvimento*. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2001.

LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José Eduardo. Novas políticas na era do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. *Parcerias Estratégicas*, n. 17, set, p.5-29, 2003. Plan de Desarrollo Comunal, Comuna de Hualaihué 2007-2012 Censo de Población y Vivienda, 2002.

PORTER, Michael E. *Competição: estratégias competitivas essenciais*. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 10 ed. Rio de Janeiro: Campus. 515p. 1999.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MUNDIM, Rodrigo Souza Alves; DIAS, Adriana. Arranjo Produtivo Local (APL) voltado para a promoção do turismo educativo na área da Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Ibitubasc). IN: VIII ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL. *Anais...*, Curitiba, 2004.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia*. Santa Cruz do Sul EDUNISC, 2005.

SEIXAS, Cristina. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. In: FREIRE, P., FIKRET, B., SEIXAS, C.. *Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: conceitos, métodos e experiências*. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

ZECHNER, Talita; HENRÍQUEZ Christian; ALVES, Flávia K. Discutindo o conceito de arranjo socioproductivo de base comunitária (APL.Com). IN: SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce, MANSUR, Cristiane, HENRÍQUEZ Christian. *Turismo comunitario solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática*. Blumenau: EDIFURB, 2010.

NOTAS

1 Ver Tabela 1.1 Diferenças esquemáticas entre modernidade pós-modernidade. Fonte Hassan (1985) apud Harvey (2010).